

Funaro pretende promover abertura econômica

Ministro e assessores acham economia excessivamente fechada e debatem sua modernização

CÉSAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, já está trabalhando os instrumentos capazes de promover uma abertura maior da economia, de forma a integrá-la de forma mais decisiva ao sistema capitalista internacional. O ministro e seus principais assessores têm discutido intensamente o assunto, as conversas sobre o mesmo começam a fluir nos corredores do terceiro andar da Fazenda, e o diagnóstico que está em destaque é o de que a economia brasileira é excessivamente fechada e precisa se "modernizar", preparar para novos tempos.

A tese que prevalece entre o ministro e os seus dois principais assessores, os economistas João Manoel Cardoso de Melo e Luis Gonzaga de Mello Belluzzo, é a de que a economia brasileira padece de escassez de capital. Este, entretanto, para fluir com intensidade na economia, de forma a permitir seu crescimento anual de 7 ou 8 por cento, nos próximos anos, esbarra na dívida externa, que começa a se revelar aos olhos dos brasileiros como um instrumento poderoso de dominação internacional, como pode ser facilmente verificado em declarações dos credores externos à disposição expressa por Funaro de que o Governo pretende limitar o pagamento de juros a somente 2,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e não mais 5 por cento, sob pena de se processar, de agora em diante, um esvaziamento de divisas perigoso para a soberania nacional.

Segundo Luis Gonzaga Belluzzo, é necessário atrair capital "novo" para o País. Ele reconhece que existia uma excessiva acumulação de capital velho na estrutura industrial existente cuja instalação no País começou como o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek Mas, a grande dúvida é saber, como indagam alguns economistas, como o professor Lau-
ro Campos, se o capital velho deixará o capital novo se instalar. Em outras palavras, o novo capital seria utilizado para dinamizar a atual estrutura produtiva e ocupacional, criaria as bases de uma nova estrutura produtiva ou viria engordar ainda mais a atual estrutura industrial que teve como resultado conhecido e admitido oficialmente o estímulo à excessiva concentração da renda?

Os planos que estão sendo discutidos por Funaro e seus assessores econômicos levam em conta a necessidade de se criar as condições para reproduzir o surto de industrialização — instalação de novas fábricas, principalmente — que se verificou na década de 50. Mas, as condições ideais para permitir tal quadro de geração de investimentos — crédito abundante e barato para instalar plantas industriais — somente surgirão com o capital. A poupança nacio-



Belluzzo: Abertura ajudará a atrair capitais

nal está escassa. Os fundos que serão obtidos pelas últimas medidas econômicas voltadas para a limitação do consumo provavelmente não serão suficientes e a sua destinação já começa a ser questionada, muitos já admitindo, inclusive, que poderão ser canalizadas à cobertura do déficit para evitar que o Governo lance mão da dívida pública para continuar financiando-o, o que pressionaria as taxas de juros e colocaria em risco os investimentos.

INTEGRAÇÃO"

A idéia do ministro da Fazenda de promover uma maior "integração" da economia nacional ao comércio e ao sistema bancário internacional está intimamente associada à de buscar alternativas concretas para garantir o financiamento dos investimentos futuros. Funaro, na segunda-feira, adiantou que na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional, prevista para quinta-feira, poderão ser criados instrumentos mais flexíveis para atrair o capital externo e admitiu que o mesmo deverá ser feito em relação à bolsa de valores, que deverá doravante se transformar em instrumento de captação de recursos externos a serem destinados aos investimentos industriais.

A notícia — divulgada pela repórter Cláudia Safatle, da *Gazeta Mercantil* — de que a corretora norte-americana, Merrill Lynch gostaria de comprar cotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, formado pelas ações das principais empresas estatais brasileiras, sob condição de o Governo flexibilizar as normas de funcionamento da bolsa de valores, casa perfeitamente com as declarações do ministro Funaro dadas na segunda-feira. O movimento oficial da política econômica casa, da mesma forma, com declarações de Luis Gonzaga Belluzzo em defesa da capitalização das empresas estatais no mercado acionário. Elas obteriam, sob concessão do Governo, o direito de lançar debêntures no mercado para levantar recursos necessários ao financiamento dos seus investimentos.

A controvérsia em torno do problema situa-se sobre

pondem, atualmente, a aproximadamente 5 por cento do Produto Interno Bruto

MOMENTO DECISIVO

O teste decisivo para o Brasil, para se certificar se conseguirá esse gesto de boa vontade da banca internacional, será no próximo dia 5 de setembro, data-limite para a assinatura do contrato de refinanciamento da dívida vencida este ano e da renovação dos créditos de curto prazo, essenciais ao financiamento das importações. Dois importantes credores — Canadá e Japão — relutam em assinar o acordo do qual deve- rão fazer parte 750 bancos, que compõem o universo dos credores brasileiros, com destaque, particularmente, para os principais 14 bancos norte-americanos que são responsáveis por mais da metade da dívida externa.

As declarações recentes do ministro Funaro de que o Brasil poderá pagar somente 2,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), no próximo ano, não caiu bem junto aos banqueiros. Na sexta-feira, o vice-presidente da subsidiária brasileira do Bank of America, Joel Korn, declarou que se forem fixados tetos para o pagamento dos juros as negociações se complicarão. Segundo ele, com a recente queda dos juros, e outras que poderão vir brevemente, o País pagará entre 2,8 e 3 por cento do PIB de juros, por ano, não sendo, portanto, necessária, a fixação de limites. Na verdade, os bancos querem preservar a liberdade da taxa de juros de oscilar conforme as circunstâncias e não aceitam dobrar-se ao argumento em favor de fixá-la previamente.

A disposição do Governo, segundo assessor internacional do Ministério da Fazenda, Alvaro Alencar, é de reduzir o saldo comercial, nos próximos dois anos, porque o País precisa importar mais para garantir o crescimento econômico. Como as previsões oficiais indicam que as exportações não deverão crescer além de 3 por cento ao ano em 1987 e 1988, enquanto se prevê um crescimento da ordem de até 10 por cento das importações durante 1987. Consequentemente, sobrarão menos dinheiro para o pagamento dos juros. Esta prevista, para sustentar o aumento das importações, uma redução significativa das reservas cambiais, cujo total passou a ser segredo. Mas, o Governo deseja obter empréstimos novos para sustentar o crescimento. A abertura da economia, desta forma, se insere na estratégia oficial de atrair capital — capaz de suprimir a escassez "histórica" do mesmo, no entender dos assessores de Funaro, Belluzzo e João Manoel — para financiar o crescimento ao mesmo tempo em que se tentará renegociar a dívida externa. Resta saber se internamente, estão criadas as condições políticas propícias para tanto.